

# Casa do Povo de Abela

Anexo

29 de Março de 2018

**Balanço**

## BALANÇO

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
<b>ACTIVO:</b>			
<b>Activo não corrente:</b>			
Activos fixos tangíveis	4	1.636.536,52	1.746.976,78
Bens do património histórico e cultural			-
Investimentos financeiros	13.1	3.767,91	1.657,80
		<b>1.640.304,43</b>	<b>1.748.634,58</b>
<b>Activo corrente:</b>			
Inventários	6	17.618,03	17.558,84
Créditos a receber	9.1	10.569,50	10.186,43
Estado e outros entes públicos			-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/associados/membros			
Outras contas a receber	9.1	45.960,09	58.040,14
Diferimentos	13.2	4.498,03	2.733,51
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	13.3	6.252,18	3.997,91
		<b>84.897,83</b>	<b>92.516,83</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>1.725.202,26</b>	<b>1.841.151,41</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS:</b>			
Fundos		47.702,94	47.702,94
Excedentes técnicos		-	-
Resultados transitados		(155.138,56)	(90.468,31)
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	515.164,91	549.863,55
Resultado líquido do período		(56.248,92)	(64.670,25)
<b>Total do fundo de capital</b>		<b>351.480,37</b>	<b>442.427,93</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>Passivo não corrente:</b>			
Financiamentos obtidos	5	1.095.298,61	1.056.568,47
Outras dívidas a pagar	9.2	80.319,57	80.319,57
		<b>1.175.618,18</b>	<b>1.136.888,04</b>
<b>Passivo corrente:</b>			
Fornecedores	9.2	30.721,59	59.351,41
Estado e outros entes públicos	13.4	34.480,08	22.147,05
Financiamentos obtidos	5	538,68	38.973,88
Outros passivos correntes	9.2	117.896,67	126.467,39
Diferimentos	13.2	14.466,69	14.895,71
		<b>198.103,71</b>	<b>261.835,44</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.373.721,89</b>	<b>1.398.723,48</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>1.725.202,26</b>	<b>1.841.151,41</b>

## Demonstração de Resultados por natureza

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
Vendas e serviços prestados	7	555.763,67	528.484,45
Subsídios, doações e legados à exploração	8	343.205,94	344.383,06
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(162.307,71)	(177.047,67)
Fornecimentos e serviços externos	13.5	(133.555,71)	(137.718,90)
Gastos com o pessoal	10	(572.720,47)	(548.069,52)
Outros rendimentos	13.6	72.107,83	88.974,51
Outros gastos	13.7	(6.842,06)	(5.581,98)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>95.651,49</b>	<b>93.423,95</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(113.603,11)	(114.940,25)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>(17.951,62)</b>	<b>(21.516,30)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		10,00	
Juros e gastos similares suportados	13.8	(38.307,30)	(43.153,95)
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>(56.248,92)</b>	<b>(64.670,25)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(56.248,92)</b>	<b>(64.670,25)</b>

# Índice

Balanço

Demonstração de Resultados por natureza

Demonstração de fluxos de caixa

Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

1	Identificação da Entidade .....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	7
3	Principais Políticas Contabilísticas .....	8
3.1	Bases de Apresentação e Mensuração .....	8
3.2	Alterações nas políticas contabilísticas .....	13
3.3	Alterações nas estimativas contabilísticas.....	13
3.4	Correção de erros de períodos anteriores.....	13
3.5	Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.....	13
4	Activos Fixos Tangíveis.....	14
5	Custos de Empréstimos Obtidos.....	15
6	Inventários .....	16
7	Rendimentos e gastos.....	16
8	Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	17
9	Instrumentos financeiros.....	18
10	Benefícios dos empregados .....	20
11	Acontecimentos após a data de balanço .....	20
12	Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	20
13	Outras Informações .....	20
13.1	Investimentos Financeiros.....	20
13.2	Diferimentos .....	21
13.3	Caixa e Depósitos Bancários .....	21
13.4	Estado e Outros Entes Públicos .....	21
13.5	Fornecimentos e serviços externos .....	21
13.6	Outros rendimentos .....	22
13.7	Outros gastos .....	22
13.8	Resultados Financeiros .....	22

## Demonstração de Fluxos de caixa

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2017 (1)	31/12/2016 (2)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		541.841,51	529.891,31
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamentos a fornecedores		332.651,04	295.799,85
Pagamentos ao pessoal		535.439,53	451.580,17
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>(326.249,06)</b>	<b>(217.488,71)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		361.661,55	302.738,60
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>35.412,49</b>	<b>85.249,89</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Activos fixos tangíveis		779,89	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Activos fixos tangíveis		4.647,32	5.010,26
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>3.867,43</b>	<b>5.010,26</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		140.000,00	32.000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		141.626,45	79.268,34
Juros e gastos similares		35.399,20	44.535,91
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(37.025,65)</b>	<b>(91.804,25)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>2.254,27</b>	<b>(1.544,10)</b>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.997,91	5.542,01
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.252,18	3.997,91

## Demonstração de alterações nos fundos patrimoniais

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
<b>POSIÇÃO EM 01-01-2016</b>	1	47.702,94	-	-	(17.787,98)	-	-	586.028,67	(72.680,33)	543.263,30
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(72.680,33)			(36.165,12)	72.680,33	
	2				(72.680,33)			(36.165,12)	72.680,33	(36.165,12)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3								(64.670,25)	(64.670,25)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3									
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
	5									
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2016</b>	6=1+2+3+5	47.702,94	-	-	(90.468,31)	-	-	549.863,55	(64.670,25)	442.427,93
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					(64.670,25)			(34.698,64)	64.670,25	
	7				(64.670,25)			(34.698,64)	64.670,25	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8								(56.248,92)	
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	9=7+8									
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>										
Fundos										
Subsídios, doações e legados										
Outras operações										
	10									
<b>POSIÇÃO NO FIM DE 31-12-2017</b>	11=6+7+8+10	47.702,94	-	-	(155.138,56)	-	-	515.164,91	(56.248,92)	351.480,37



## **1 Identificação da Entidade**

A Casa do Povo de Abela, com o numero de identificação de pessoa coletiva 500919887 tem a sua sede na Rua Dr. Francisco Costa, nº 10, Abela.

Na sua forma jurídica assume-se como uma instituição de direito privado e de utilidade pública, com estatutos publicados no Diário da República n.º 172, III Série, de 27-07-1994, legalmente equiparada a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) conforme Decreto Lei 171/98, de 25 de Junho, e declaração da Direcção Geral da Solidariedade e Segurança Social.

Tem como finalidade desenvolver actividades de carácter social, cultural, desportivo e recreativo, exercendo como actividade principal o apoio social a idosos com e sem alojamento e como actividade secundária outras actividades de apoio social.

Face ao seu reconhecimento como IPSS, encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, nos termos do Art.º 10º do CIRC.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº. 158/2009 de 13 de Julho, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, no quadro das disposições em vigor em Portugal; e que se encontram consignadas para entidades do sector não lucrativo (ESNL) no Aviso 8258/2015 de 29 de Julho, e na Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho e na Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho.

Sempre que a NCRF-ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as NCRF e Normas Interpretativas (NI); as Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas interpretações SIC/IFRIC.

Não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

Todas as demonstrações financeiras são comparáveis com as do ano anterior.

### 3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 - Principais políticas contabilísticas

##### 3.1.1 - Bases Gerais de Apresentação e Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

###### 3.1.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

###### 3.1.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

###### 3.1.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

###### 3.1.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar



a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### 3.1.1.7 Activos Fixos Tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3 a 4 anos
Outros Activos fixos tangíveis	3 a 8 anos




A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

#### 3.1.1.8 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e que estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

#### 3.1.1.9 Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;

- Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
  - Alterações no preço do bem locado;
  - Alterações na taxa de câmbio
  - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

#### Clientes e outras créditos a receber

Os “Clientes” e as “Outras créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.1.1.10 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

#### **3.1.1.11 Financiamentos Obtidos**

##### Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de Investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o activo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as actividades indispensáveis à preparação do activo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as actividades necessárias para preparar o activo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das actividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os encargos financeiros não capitalizados são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

#### **PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO**

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que

proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

### **PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### **3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas**

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas.

#### **3.4 - Correção de erros de períodos anteriores**

Não foram detectados quaisquer erros materiais com impacto nas demonstrações financeiras do período ou em períodos anteriores.

#### **3.4 - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNLs**

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior - Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social - para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

Da adopção do novo normativo contabilístico não resultaram ajustamentos às rubricas do balanço ou da demonstração de resultados.

#### 4 Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

##### Activo Bruto

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e recursos naturais	589,21				589,21				589,21
Edifícios e outras construções	2.141.913,00				2.141.913,00				2.141.913,00
Equipamento básico	147.185,09	5.447,39			152.632,48	1.882,96			154.515,44
Equipamento de transporte	58.894,09				58.894,09	500,00			59.394,09
Equipamento administrativo	67.360,94	2.053,49			69.414,43	779,89			70.194,32
Activos fixos tangíveis em curso	-				-				-
Outros activos fixos tangíveis	2.211,06				2.211,06				2.211,06
	<b>2.418.153,39</b>	<b>7.500,88</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.425.654,27</b>	<b>3.162,85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.428.817,12</b>

##### Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2016	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2017
Terrenos e recursos naturais					-				-
Edifícios e outras construções	350.150,89	99.778,86			449.929,75	99.778,86			549.708,61
Equipamento básico	88.342,84	12.563,66			100.906,50	12.090,32			112.996,82
Equipamento de transporte	58.894,09				58.894,09	500,01			59.394,10
Equipamento administrativo	64.094,18	2.597,73			66.691,91	1.215,18			67.907,09
Outros activos fixos tangíveis	2.255,24				2.255,24	18,74			2.273,98
	<b>563.737,24</b>	<b>114.940,25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>678.677,49</b>	<b>113.603,11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>792.280,60</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>1.854.416,15</b>				<b>1.746.976,78</b>				<b>1.636.536,52</b>

**Gastos com Depreciações**

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
<b>Activos Fixos Tangíveis</b>		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	99.778,86	99.778,86
Equipamento básico	12.563,66	12.090,32
Equipamento de transporte	-	500,01
Equipamento administrativo	2.597,73	1.215,18
Outros activos fixos tangíveis	-	18,74
	<u>114.940,25</u>	<u>113.603,11</u>

**Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos**

À data de 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Edifícios e Outras Construções” inclui a quantia escriturada de 100.154,45€ referentes aos edifícios do Centro de Dia, Sede Social e Bairro de Renda Económica, dados como garantia de empréstimos bancários da entidade.

A 31 de Dezembro de 2017 não existem compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis.

**5 Custos de Empréstimos Obtidos**

Nos exercícios findos em 2017 e 2016 todos os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos foram reconhecidos como gastos.

O detalhe da rubrica “Empréstimos obtidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017 é conforme se segue:

**Empréstimos e Descobertos Bancários**

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
<b>Não Correntes</b>		
Empréstimos Bancários	1.056.568,47	1.095.298,61
Descobertos Bancários		
	<u>1.056.568,47</u>	<u>1.095.298,61</u>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos Bancários		
Descobertos Bancários	38.973,88	538,68
	<u>38.973,88</u>	<u>538,68</u>
	<u>1.095.542,35</u>	<u>1.095.837,29</u>

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

### Prazo de Reembolso dos Empréstimos

	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos Bancários	1.095.298,61	46.208,00	231.040,00	818.050,61
Descobertos Bancários	538,68	538,68		
	<b>1.095.837,29</b>	<b>46.746,68</b>	<b>231.040,00</b>	<b>818.050,61</b>

## 6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2017
Matérias primas e consumíveis	25.877,29	168.729,22		17.558,84	162.366,90		17.618,03
Produtos acabados				-			-
...				-			-
	<b>25.877,29</b>	<b>168.729,22</b>	<b>.</b>	<b>17.558,84</b>	<b>162.366,90</b>	<b>.</b>	<b>17.618,03</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<b>177.047,67</b>			<b>162.307,71</b>
Variações nos inventários da produção				<b>.</b>			<b>.</b>

## 7 Rendimentos e gastos

Para os períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:



## Réditos

	2016				2017			
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Diferido	Valor de acréscimo
<b>Prestação de serviços</b>	<b>515.992,60</b>	<b>515.992,60</b>	-	<b>2.621,16</b>	<b>545.243,88</b>	<b>545.243,88</b>	-	-
Matric. Mensalidades de utentes	512.797,10	512.797,10		2.621,16	542.437,38	542.437,38		
Quotizações e joias	3.195,50	3.195,50			2.806,50	2.806,50		
<b>Juros</b>	<b>81,62</b>	<b>81,62</b>	-	-	-	-	-	-
Juros de depósitos	81,62	81,62						
<b>Proveitos suplementares</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
Proveitos suplementares								
<b>Outros proveitos operacio</b>	<b>12.491,85</b>	<b>12.491,85</b>	-	-	<b>10.519,79</b>	<b>10.519,79</b>	-	-
Outros prov. Operacionais	12.491,85	12.491,85			10.519,79	10.519,79		
	<b>528.566,07</b>	<b>528.566,07</b>	-	<b>2.621,16</b>	<b>555.763,67</b>	<b>555.763,67</b>	-	-

A rubrica “outros proveitos operacionais” refere-se essencialmente ao reembolso das senhas de refeição e receitas do bar.

## 8 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	Subsídios								
	Valor atribuído	Balança				Demonstração de resultados			
		Capital próprio		Diferimentos		Imputação de subsídios para investimentos		Subsídios à exploração	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	
<b>Subsídios relacionados com activos</b>	<b>666.763,00</b>	<b>549.863,55</b>	<b>515.164,91</b>	-	-	<b>36.165,12</b>	<b>35.198,64</b>	-	-
FSE- Fundo Socorro Social	6.000,00	3.300,00	3.300,00			300,00			
Programa PARES, I.P.	625.133,00	516.453,55	483.094,87			34.025,12	33.358,68		
Junta Freguesia Abela - Lar	5.000,00	4.250,00	4.000,04			250,00	249,96		
Câmara Mun. Sant. Cacém - Lar	30.000,00	25.500,00	24.000,00			1.500,00	1.500,00		
Doações - Banco de bens doados	630,00	360,00	770,00			90,00	90,00		
<b>Subsídios à exploração</b>	<b>13.346,86</b>	-	-	-	-	-	-	<b>344.383,06</b>	<b>343.205,94</b>
ISS, IP - Acordos Cooperação Social								326.769,78	329.300,33
Autarquias - Protocolo Ref.Escolares								14.159,36	13.904,08
IEFP - Proj. 0185/EEI/15	11.810,70							2.952,66	1,53
IEFP - Proj. 057/CEI/15	1.536,16							501,26	
	<b>680.109,86</b>	<b>549.863,55</b>	<b>515.164,91</b>	-	-	<b>36.165,12</b>	<b>35.198,64</b>	<b>344.383,06</b>	<b>343.205,94</b>

## 9 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos Financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade são os seguintes: clientes, contas a receber;

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo são os seguintes: fornecedores, contas a pagar e empréstimos bancários.

### 9.1 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, estas rubricadas são detalhadas conforme se segue:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
<b>Cientes Correntes</b>						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias	10.186,43	10.569,50			10.186,43	10.569,50
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
<b>Cientes de Cobranças Duvidosas</b>						
Saldos não vencidos						
Saldos vencidos:						
Até 180 dias						
De 180 a 360 dias						
Mais de 360 dias						
	<b>10.186,43</b>	<b>10.569,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.186,43</b>	<b>10.569,50</b>

### Outras Contas a Receber

	2016	2017
Fornecedores (saldos contrários)		2.040,79
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Compart. Refeições escolares	2.621,16	
Rendas a cobrar	-	
Outros Devedores		
IEFP, I P	8.225,74	4.191,29
ISS, I P - PARES	38.451,75	38.451,75
ISS, I.P- Retenções acordos cooperação	8.741,49	1.276,26
	<b>58.040,14</b>	<b>45.960,09</b>

## 9.2 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, estas rubricadas são detalhadas conforme se segue:

## Fornecedores

	2016	2017
Fornecedores, Conta Corrente	59.351,41	30.721,59
Fornecedores, títulos a pagar		
	<u>59.351,41</u>	<u>30.721,59</u>

## Outras Contas a Pagar

	2016	2017
<b>Não Correntes</b>		
Outros Credores (Caução Empreitada)	80.319,57	80.319,57
Outros credores - ISS, IP		-
	<u>80.319,57</u>	<u>80.319,57</u>
<b>Corrente</b>		
Clientes (saldos contrários)		97,65
Pessoal	1.493,39	1.363,33
Fornecedores de investimentos	393,63	2.235,03
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	73.376,13	77.110,15
Outros acréscimos de gastos	2.803,63	958,63
Outros Credores	48.400,61	36.131,88
	<u>126.467,39</u>	<u>117.896,67</u>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2016 e 2017, foram, em ambos os períodos de 11 membros efectivos e 6 suplentes.

Os órgãos directivos não usufruem de quaisquer remunerações, nem existem quaisquer créditos concedidos ou outro tipo de compromissos assumidos com os mesmos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 e em 31/12/2017 foi de 51.

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 é detalhado conforme se segue:

**Gastos com o Pessoal**

	2016	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	441.261,38	457.325,01
Encargos sobre Remunerações	96.030,53	102.458,84
Seguro Ac. Trab. e Doenças Prof.	6.158,86	3.970,13
Outros gastos com Pessoal	4.618,75	8.966,49
	<b>548.069,52</b>	<b>572.720,47</b>

**11 Acontecimentos após a data do balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direcção em 27 de Março de 2018.

**12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social não se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, existindo dívidas em processo de execução fiscal para os quais a entidade apresentou uma adesão ao programa PERES.

**13 Outras Divulgações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

**13.1 Investimentos Financeiros**

Nos períodos de 2016 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2016	2017
Investimentos noutras empresas (Caixa Crédito Costa Azul)	1.005,00	1.015,00
Outros inv. financeiros (Fundo Compens. Trabalho)	652,80	2.752,91
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.657,80</b>	<b>3.767,91</b>

### 13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

#### Diferimentos Activos

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Diferimento de gastos		
Seguros	2.733,51	4.498,03
Outros gastos diferidos		
	<u>2.733,51</u>	<u>4.498,03</u>

#### Diferimentos Passivos

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Projectos apoio emprego - IEFP	14.895,71	14.466,69
...		
	<u>14.895,71</u>	<u>14.466,69</u>

### 13.3 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2016 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2017
Caixa	158,73	1.377,94
Depósitos à ordem	3.839,18	4.874,24
<b>Total</b>	<b>3.997,91</b>	<b>6.252,18</b>

### 13.4 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

#### Estado e Outros Entes Públicos

	<u>2016</u>	<u>2017</u>
<b>Saldos Devedores</b>		
IRC – A Recuperar		
Retenção imposto s/ rend.		
IVA - A Recuperar		
Contribuição p/ Seg. Social		
	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldos Credores</b>		
<b>Corrente</b>		
IRC - A Pagar		
Retenção imposto s/ rend.	3.106,30	4.054,83
IVA - A Pagar		
Restantes Impostos		
Contribuição p/ Seg. Social	19.040,75	30.425,25
Contribuição p/ Seg.Social - prestacional		
	<u>22.147,05</u>	<u>34.480,08</u>

### 13.5 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2016	2017
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	49.799,97	50.403,33
Materiais	5.671,81	5.703,95
Energia e fluidos	71.755,98	62.579,31
Deslocações, estadas e transportes	282,80	212,00
Serviços diversos	10.208,34	14.657,12
<b>Total</b>	<b>137.718,90</b>	<b>133.555,71</b>

### 13.6 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Rendimentos Suplementares	7.105,75	2.383,25
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	8.872,74	5.287,32
Correções de exercícios anteriores	111,53	0,00
Imputação de subsídios para investimentos	36.165,12	35.198,64
Donativos	36.719,37	29.238,62
<b>Total</b>	<b>88.974,51</b>	<b>72.107,83</b>

### 13.7 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2017
Impostos e Taxas	3.404,67	823,87
Correções exercícios anteriores	42,40	4.980,32
Multas e penalidades	2.134,91	1.037,87
<b>Total</b>	<b>5.581,98</b>	<b>6.842,06</b>

### 13.8 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

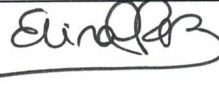
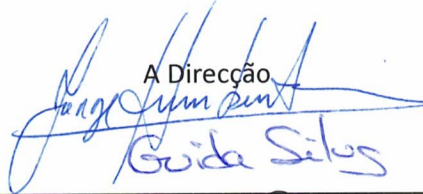
Descrição	2016	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	41.440,62	35.496,55
Outros gastos e perdas de financiamento	1.713,33	2.810,75
<b>Total</b>	<b>43.153,95</b>	<b>38.307,30</b>
<b>Juros obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	10,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>10,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-43.153,95</b>	<b>-38.297,30</b>

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

O Contabilista Certificado



A Direcção





## Parecer do Conselho Fiscal

Prezados Sócios:

Terminado mais um ano, vem por este meio o Conselho Fiscal da Casa do Povo de Abela apresentar o seu parecer sobre as contas de 2017.

Como é do conhecimento geral, tem sido difícil o equilíbrio das contas da nossa instituição. Felizmente, e graças ao rigor implementado e em vigor, a situação caminha no sentido favorável e de recuperação.

Após conferência devida das referidas podemos verificar que no ano de 2017 a instituição apresentou um total de receitas (vendas e serviços prestados, subsídios á exploração e outros rendimentos) no valor de **971.077,44€** e um total de despesas (custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimentos externos, gastos com o pessoal e outros gastos) de **875.425,95€**. Os valores apresentados permitem apresentar um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) na ordem dos **95.651,49€**.

Após análise de toda a documentação podemos concluir que a instituição apresentou em 2017 um resultado líquido do período de **56.248,92€ negativos** maioritariamente provocado por gastos/reversões de depreciação e amortização e por encargos com juros e similares.

Este valor reflecte o esforço efectuado que tem permitido melhorar os resultados de ano para ano. Deverá a direcção manter o bom caminho, com elevado rigor e determinação, de modo a levarmos as contas da nossa instituição ao ponto de equilíbrio.

Com esta demonstração de resultados o Conselho Fiscal vem perante, todos os sócios em geral, elementos da assembleia-geral e restante pessoal, emitir um parecer favorável sobre o relatório de contas apresentado pela Direcção.

Abela, 20 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

*João Manuel Nunes Pereira*

*Elisina Vilhena Rodrigues do Monte*